

NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nota 1 – Contexto Operacional

a) Informações gerais

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com atuação destacada no setor financeiro, químico e de tecnologia da informação e pela Companhia Ligna de Investimentos, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças e metais sanitários (Divisão Deca). Conta atualmente com quatorze unidades industriais no Brasil e uma na Argentina, mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos e Europa.

A Divisão Madeira opera com cinco unidades industriais no País, responsáveis pela produção de chapas de fibra, MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF, HDF e SDF (painéis de média, alta e super densidade de fibra), pisos laminados Duraflor, componentes semiacabados para móveis e uma unidade de produção de resinas industriais.

A Divisão Deca opera com oito unidades industriais no País e uma na Argentina, responsáveis pela produção de louças e metais sanitários, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Deca Piazza (na Argentina).

b) Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2012.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC, e são divulgadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma das novas normas, alterações e interpretações de normas que foram emitidas pelo IASB mas que não se encontram em vigor para 2011. Muito embora a adoção antecipada dessas normas seja encorajada, as mesmas ainda não foram aprovadas pelo CPC. Não obstante, a Companhia vem analisando os efeitos que poderão decorrer da adoção dessas normas, a partir do momento de sua aprovação pelo CPC.

2.2 – Consolidação

2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duraflora S.A., Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Duratex Comercial Exportadora S.A. e suas controladas indiretas: Duratex North America Inc., Duratex Europe NV., TCI Trading S.A., Jacarandá Mimoso Participações Ltda, e Deca Piazza S.A.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(b) Combinação de negócios

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excedente do custo de aquisição, ou seja, do montante que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio (*goodwill*). Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(c) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrado no patrimônio líquido, bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

2.2.2 – Demonstrações financeiras individuais

Os resultados e variações patrimoniais de controladas são contabilizados na Companhia pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais, quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial enquanto no IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando contabilizados no Patrimônio Líquido quando qualificados como operações de *hedge* de investimentos líquido.

(c) Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;

- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas que são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação adquiridos principalmente para fins de venda no curto prazo, inclusive derivativos que não tenham sido designados como instrumentos de hedge, os quais são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados pelo valor justo através do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas

incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira;

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas

controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes Acumulado de Conversão”, o ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado em “Outros Resultados Operacionais, Líquidos”.

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

2.8 – Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

2.10 – Ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem: *ágio* (*goodwill*), carteira de clientes, marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida ou em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar a necessidade de registro de perdas (*impairment*).

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo valor de custo menos a amortização acumulada.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com bases nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizados durante sua vida útil estimável.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimável.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

2.12 – *Impairment* de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de

avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 13. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada

A Companhia e suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo dos serviços dos executivos, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no período. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida

quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fruirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacional são registrados ao custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos. O grupo não possui contratos de arrendamento financeiro.

2.21 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem varias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisão para contingências e perdas por *impairment*.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas por mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 55.167, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 8.337 líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (impairment) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico, porém sem representatividade importante em relação ao patrimônio líquido.

c) Benefícios de planos de Previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Risco. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

(a) Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com Derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento,

estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

a - Contratos de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui quatro contratos desta modalidade, cujo valor *notional* agregado é de US\$ 23,747 mil com diversos vencimentos até 10/04/2014, com uma posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI.

b - Contrato de SWAP Pré x CDI

A Companhia possui nove contratos com valor agregado de R\$ 438.898 sendo o último vencimento em 28/04/2015 com posição ativa em taxa pré fixada e posição passiva em um percentual da variação do CDI.

A controlada Duraflora S.A., possui dois contratos com valor agregado de R\$ 190.000 sendo o último vencimento em 30/09/2013 com posição ativa em taxa pré fixada e posição passiva em um percentual do CDI.

A Companhia e sua controlada contrataram essas operações com o objetivo de transformar uma dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI.

c - Contrato de NDF (Non Deliverable Forward)

A Companhia possui um contrato dessa modalidade, cujo valor contratado totaliza US\$ 18,000 mil com vencimento em 31/01/2012 e posição comprada em dólar.

A Companhia contratou esta operação com o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

d - Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *Swap*.

Quadro Demonstrativo						
	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Efeito Acumulado (período atual)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	Valor a receber recebido	Valor a pagar/ pago
I. Contratos de Swaps						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	41.587	14.139	43.732	10.189	538	-
Taxa Pré-Fixada	628.898	660.000	718.184	699.451	15.561	-
Posição Passiva						
CDI	(670.485)	(674.139)	745.817	(711.165)	-	-
II. Contratos de Futuro (NDF)						
Compromisso de Compra						
Moeda Estrangeira (USD)	33.541	36.269	(131)	(1.012)	-	(131)

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações financeiras.

e - Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA/ Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Valores em R\$ Mil		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - PRÉ / CDI	Aumento CDI	15.550	(5.650)	(27.281)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas pré-fixadas		(15.550)	5.650	27.281
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	SWAP - US\$ / CDI (Res.2770 e Res.4131)	Queda US\$	1.464	(11.540)	(24.544)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$) (aumento US\$)		(1.464)	11.540	24.544
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	-	(8.460)	(16.920)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$) (aumento US\$)		-	8.460	16.920
	Efeito Líquido		-	-	-
Totais			-	-	-

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

(a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de

financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

(b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida ou o valor do serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	2013 e 2014	2015 a 2019	2020 em diante	Menos de 1 ano	2013 e 2014	2015 a 2019	2020 em diante
31/12/2011								
Empréstimos	527.664	728.871	347.758	19.427	687.902	834.740	369.900	22.948
Fornecedores	162.580	-	-	-	159.262	-	-	-
Total	690.244	728.871	347.758	19.427	847.164	834.740	369.900	22.948

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações, caso este seja concretizado.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida pelo capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A -Empréstimos e financiamentos de curto prazo	1.623.720	1.292.767	1.915.490	1.593.962
de longo prazo	527.664	303.255	687.902	431.608
	1.096.056	989.512	1.227.588	1.162.354
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	376.071	309.000	726.159	616.549
C=(A-B)Dívida líquida	1.247.649	983.767	1.189.331	977.413
D- Patrimônio líquido	3.689.209	3.451.866	3.692.810	3.452.528
C/D=Índice de alavancagem financeira	34%	28%	32%	28%

O incremento da alavancagem financeira ocorreu pela captação de recursos para investimentos.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 / IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros por categoria/nível:

	Empréstimos e recebíveis		Instrumentos financeiros derivativos		Outros ativos e passivos financeiros		Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ATIVOS										
Caixa e equivalentes de caixa	726.159	616.549	-	-	-	-	-	-	726.159	616.549
Contas a receber de clientes	657.589	564.810	-	-	-	-	-	-	657.589	564.810
Depósitos vinculados	21.067	12.908	-	-	-	-	-	-	21.067	12.908
Soma	1.404.815	1.194.267	-	-	-	-	-	-	1.404.815	1.194.267
PASSIVOS										
Empréstimos	-	-	-	-	1.175.572	893.346	739.918	700.616	1.915.490	1.593.962
Fornecedores	-	-	-	-	159.262	126.238	-	-	159.262	126.238
Dividendos/ JCP	-	-	-	-	68.288	97.856	-	-	68.288	97.856
Instrumentos financeiros derivativos (*)	-	-	(9.131)	2.537	-	-	-	-	(9.131)	2.537
Soma	-	-	(9.131)	2.537	1.403.122	1.117.440	739.918	700.616	2.133.909	1.820.593

(*) Os instrumentos derivativos estão apresentados no quadro acima pelo valor líquido, ativo ou passivo, e referem-se em sua totalidade a instrumentos financeiros nível 2.

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	11.996	13.193	21.266	26.713
Títulos de renda fixa	138	92	138	1.229
Certificados de depósitos bancários	363.937	295.715	704.755	588.607
TOTAL	376.071	309.000	726.159	616.549

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Cientes no país	631.415	583.072	653.677	567.768
Cientes no exterior	36.075	28.390	32.418	30.397
<i>Impairment</i> no contas a receber de clientes	(27.928)	(32.801)	(28.506)	(33.355)
TOTAL	639.562	578.661	657.589	564.810

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	627.629	558.765	645.544	544.929
Vencidos até 30 dias	6.699	8.679	6.852	8.947
Vencidos de 31 a 60 dias	582	5.822	595	5.828
Vencidos de 61 a 90 dias	1.131	409	1.204	409
Vencidos de 91 a 180 dias	3.172	3.272	3.424	3.281
Vencidos a mais de 180 dias	28.277	34.515	28.476	34.771
TOTAL	667.490	611.462	686.095	598.165

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo da carteira de clientes	
			dez/11	dez/10
A	acima de 05 anos	Pontual	61%	53%
B	acima de 03 anos	até 01 dia de atraso médio	8%	11%
C	abaixo de 03 anos	Acima de 01 dia de atraso médio	27%	30%
D		Inadimplentes	4%	6%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhum título como garantia.

Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	100.868	86.343	114.122	103.684
Matérias primas	143.238	119.589	150.764	120.191
Produtos em elaboração	61.958	60.988	69.730	70.477
Almoxarifado geral	65.854	50.239	64.774	51.505
Adiantamentos a fornecedores	8.623	5.332	12.037	16.436
Total	380.541	322.491	411.427	362.293

Nota 8 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	28.470	15.479	36.787	19.237
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	44.300	48.639	46.889	57.781
PIS e COFINS a compensar	442	550	8.749	11.001
ICMS e IPI a recuperar	3.502	8.633	6.059	8.696
Total	76.714	73.301	98.484	96.715
Não Circulante				
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	27.536	28.506	29.763	35.605
Total	27.536	28.506	29.763	35.605

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12, 24 e 48 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo de imposto diferido curto prazo	21.830	25.853	27.088	30.561
Prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição social		-	57	-
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	11.275	8.845	12.314	9.470
Provisões para perdas nos estoques	3.042	3.264	3.106	3.337
Provisão de ajuste de ativos a mercado	1.647	6.996	1.669	7.019
Provisão de comissões a pagar	1.514	1.254	1.514	1.254
Provisões diversas	4.352	3.658	8.428	7.645
Resultado de SWAP (caixa x competência)		1.836		1.836
Ativo de imposto diferido longo prazo	24.145	27.104	35.400	39.305
Provisões de encargos trabalhistas diversos	8.653	6.380	9.506	7.396
Provisões fiscais	9.379	8.925	20.107	19.330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.399	789	1.455	847
Provisão para perdas em investimentos	469	492	469	492
Provisões diversas	895	566	895	566
Efeito da combinação de negócios - CPCs / IFRS	3.350	9.952	2.968	10.674
Total de ativos de impostos diferidos	45.975	52.957	62.488	69.866
Passivo não circulante				
I.Renda e C. social s/ Reserva de reavaliação	(35.317)	(42.030)	(65.237)	(73.633)
I.Renda e C. social s/ ajuste a valor presente de financiamento	(11.835)	(13.916)	(11.835)	(13.916)
I.Renda e C. social s/ resultado do SWAP (caixa x competência)	(2.167)	-	(2.325)	(657)
I.Renda e C. social s/ depreciação(crédito 25% da C.Social)	(4.185)	(4.565)	(13.826)	(13.568)
I.Renda e C. social s/ variações cambiais não liquidadas-reg.caixa	-	(3.494)	-	(3.494)
I.Renda e C. social s/ ágio rentabilidade futura	(4.302)	(753)	(4.302)	(753)
I.Renda e C. social s/ venda de imóvel	(9.029)	-	(11.762)	-
I.Renda de empresas sediadas no exterior (Deca Piazza)		-	(471)	(525)
I.Renda e C. social s/ outras obrigações tributárias	(49.235)	-	(51.454)	-
I.Renda e C. social s/ ajustes CPCs IFRS	(143.166)	(142.434)	(339.509)	(336.525)
Total de passivos de impostos diferidos	(259.236)	(207.192)	(500.721)	(443.071)

Nota 10 – Partes relacionadas

a) Operações com Empresas Controladas

Descrição	Controladas diretas					
	Duratex Coml. Exportadora		Duraflora		Duratex Empreend.	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo						
Cientes	-	17	48	16	-	-
Dividendos a receber	-	1.175	31.914	22.167	-	-
Contas a receber	-	-	65	-	-	-
Empresas controladas	12	-	-	261	-	183
Passivo						
Fornecedores	2	-	16.457	27.163	-	-
Empresas controladas	-	17	95	-	-	-
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Resultado						
Vendas	-	21.743	12	-	-	-
Compras	-	-	236.680	255.838	-	-
Financeiro	1	(158)	(80)	778	8	12
Outros	-	-	43	-	-	-

Descrição	Controladas indiretas							
	TCI Trading		Duratex N. America		Duratex Europe		Deca Piazza	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo								
Cientes	-	-	8.751	8.108	46	6.100	5.873	1.627
Contas a receber	1	-	-	-	-	-	-	-
Empresas controladas	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo								
Fornecedores	6.151	2.424	-	-	-	-	1	-
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Resultado								
Vendas	-	-	20.482	11.689	7.814	8.268	3.670	1.683
Compras	111.953	74.268	-	-	-	-	-	-
Financeiro	-	(88)	683	(77)	217	98	586	(25)

b) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Maqs. & Fer. Ltda		Leroy Merlin Cia Bras. Bricolagem		Ligna Florestal Ltda.		Elekeiroz S.A.	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo								
Cientes	16.551	10.846	24.176	16.441				
Passivo								
Fornecedores	1						564	467
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Resultado								
Vendas	83.875	86.191	76.888	58.590			394	31
Compras	72	84					22.103	15.010
Custos com arrendamentos (*)					13.308	13.640		

DESCRIÇÃO	Itautec S.A.		Itaúsa Empreendimentos S.A.		Itaúsa Investimentos S.A.		Banco Itaú S.A.		Itaú Seguros	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo										
Aplicações financeiras							251.825	179.225		
Cientes	64	70								
Passivo										
Fornecedores	29	89								
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Resultado										
Vendas	66	2								
Compras	4.284	1.058								
Despesas de aluguel					1.174		186	344	937	1.765
Despesas de seguros									3.187	3.194
Rendimentos de aplicações							15.511	20.534		
Despesas financeiras							511	124		
Outros resultados	4	6	(2.399)	(1.216)						

(*) Os custos com arrendamento referem-se aos custos com o contrato de arrendamento rural firmado pela controlada Duraflora S.A com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativo a terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 1.109 e são reconhecidos de forma linear ao longo do contrato. Tal contrato possui vencimento em julho de 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e será reajustado anualmente pela variação do preço médio praticado pela Companhia na venda de painéis de MDP.

As transações com partes relacionadas com operações comerciais de compras e vendas, normais no curso dos negócios da Companhia, realizadas em condições de mercado.

As aplicações financeiras no Banco Itaú S.A. são efetuadas nas condições normais do mercado financeiro e dentro dos limites estabelecidos pela administração da Companhia. Os valores apresentados como receitas financeiras referem-se à remuneração das aplicações financeiras e as despesas financeiras referem-se a despesas com cobrança de títulos.

c) Remuneração da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi R\$ 13.581 como honorários (R\$ 10.115 em 31 de dezembro de 2010), R\$ 10.397 como participações (R\$ 15.400 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 3.184 relativo à remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações (R\$ 4.593 em 31 de dezembro de 2010).

Nota 11 – Investimentos em controladas

	Diretas										Indiretas				
	Duratex Coml. Exp.	Duraflora	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Deca Ind. Comércio	Cerâmica Monte Carlo	DRI - Res. Industriais	Deca Nordeste	Duratex Europe	Total	Deca Piazza	North America	Duratex Europe	TCI Trading	Jacarandá Mimosa
Acções / quotas possuídas (Mil)															
Ordinárias	1	182	-	-	-	-	-	-	-	-	16.446	500	3	6.069	-
Preferenciais	2	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.069	-
Quotas	-	-	12	2.874	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.700
Participação	100,00	100,00	99,99	100,00	-	-	-	-	0,01	100,00	100,00	99,99	82,00	100,00	-
Capital social	25.000	700.000	12	2.874	-	-	-	-	19.904	8.384	886	19.904	17.634	88.700	-
Património líquido	37.642	1.330.255	5.267	6.078	-	-	-	-	17.482	6.133	5.799	17.482	20.009	94.828	-
Lucro / (prejuízo) do exercício	(3.408)	131.008	(557)	650	-	-	-	-	(1.862)	(1.617)	188	(1.862)	3.603	99	-
Movimentação dos investimentos															
Em 31 de dezembro de 2009	91.944	977.826	5.395	5.099	126.757	116.322	71.339	-	-	1.394.682	5.452	7.208	22.945	3.021	84.840
Resultado de Equivalência	6.382	86.751	429	329	7.470	13.326	3.581	-	-	118.268	17	589	1.278	1.856	3.039
Resultado de Equivalência - CPCs/IFRS	60	33.498	-	-	-	-	-	-	-	33.558	-	-	-	-	-
Equivalência reflexa	(46)	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-
Amortização de ágio	-	(69)	-	-	-	(243)	-	-	-	(312)	-	-	-	-	-
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	158.500	-	-	-	-	3.800	-	-	162.300	-	-	-	-	2.350
Variação cambial sobre património líquido	(2.537)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.537)	(455)	(346)	(2.064)	-	-
Dividendos	(1.189)	(30.123)	-	-	-	-	-	-	-	(31.312)	-	-	-	(1.775)	-
Redução de capital com quotas da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deca Ind. E Comércio	(59.703)	-	-	-	59.703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação de controladas em 30.06.2010	-	-	-	-	(179.326)	(91.548)	-	-	-	(270.874)	-	-	-	-	-
Ágio distribuído nas contas de origem	-	-	-	-	(14.604)	(15.703)	-	-	-	(30.307)	-	-	-	-	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura transferido para o intangível	-	-	-	-	-	(22.154)	-	-	-	(22.154)	-	-	-	-	-
Eliminação do RNR da controladora	(1.163)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.163)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	33.748	1.226.383	5.824	5.428	-	-	78.720	-	-	1.350.103	5.014	7.451	22.159	3.102	90.229
Aquisição de 500 acções da DRI Resinas	-	-	-	-	-	-	205	-	-	205	-	-	-	-	-
Aquisição da Deca Nordeste	-	-	-	-	-	-	-	80.000	-	80.000	-	-	-	-	-
Aquisição de 1 acção Duratex Europe	-	(65)	-	-	-	-	-	-	9	(1.355)	-	-	(9)	-	-
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	-	-	(1.290)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Equivalência	(3.068)	131.161	(557)	650	-	-	1.199	4.995	-	134.380	(1.617)	188	(1.682)	3.137	99
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.461	-	-	12.000	4.500
Variação cambial sobre património líquido	4.682	-	-	-	-	-	-	-	-	4.682	275	800	2.990	-	-
Dividendos	-	(31.914)	-	-	-	-	-	-	(2)	(31.916)	-	(2.640)	(5.983)	(1.832)	-
Incorporação de controlada em 30.04.2011	-	-	-	-	-	-	(80.124)	-	-	(80.124)	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada em 29.07.2011	-	-	-	-	-	-	-	(29.511)	-	(29.511)	-	-	-	-	-
Reclassificação do ágio para intangível	-	-	-	-	-	-	-	(54.194)	-	(54.194)	-	-	-	-	-
Eliminação do RNR da controladora	1.460	-	-	-	-	-	-	-	-	1.460	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	36.822	1.325.565	5.267	6.078	-	-	-	-	7	1.373.739	6.133	5.799	17.475	16.407	94.828

Aquisição de subsidiária

Em 4 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas sociais da Elizabeth Louças Sanitárias Ltda., conforme detalhes contidos na Nota 29.

Incorporação de subsidiária

1- DRI – Resinas Industriais S.A

Em 30 de abril de 2011, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a incorporação pela Duratex S.A. de sua subsidiária integral DRI – Resinas Industriais S.A., a valor de livros, visando à otimização de seus processos de produção. Os principais ativos e passivos da empresa incorporada estão assim representados:

Balanço Patrimonial de Incorporação de 30 de abril de 2011 DRI - Resinas Industriais S.A.

Ativo

Ativo circulante	33.738
Caixa e equivalentes de caixa	918
Contas a receber de clientes	20.227
Estoques	4.182
Demais créditos	8.411
Não circulante	84.374
Outros créditos	3.961
Imobilizado	80.413
Total do ativo	118.112

Passivo e patrimônio líquido

Circulante	8.388
Empréstimos e financiamentos	5.748
Fornecedores	671
Obrigação com o pessoal	501
Outros passivos	1.468
Não circulante	29.600
Empréstimos e financiamentos	29.600
Patrimônio líquido	80.124
Total do passivo e patrimônio líquido	118.112

2- Deca Nordeste Louças Sanitárias Ltda.

Em 29 de julho de 2011, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a incorporação pela Duratex S.A. de sua subsidiária integral Deca Nordeste Louças Sanitárias Ltda.(anteriormente denominada Elizabeth Louças Sanitárias Ltda), a valor de livros, visando à otimização e racionalização do número de empresas, bem como a redução das atividades administrativas e das obrigações acessórias anuais. Os principais ativos e passivos da empresa incorporada estão assim representados:

Balanço Patrimonial de Incorporação de 29 de Julho de 2011 Deca Nordeste Louças Sanitárias Ltda.

Ativo

Ativo circulante	14.114
Caixa e equivalentes de caixa	802
Contas a receber de clientes	10.928
Estoques	2.124
Impostos e contribuição a recuperar	117
Demais créditos	143
Não circulante	29.947
Outros créditos	39
Imobilizado	29.908
Total do ativo	44.061

Passivo e patrimônio líquido

Circulante	5.602
Fornecedores	2.276
Obrigação com o pessoal	1.646
Impostos e contribuições	1.090
Outros passivos	590
Não circulante	8.948
Provisão para contingências	28
I. renda e contribuição social diferidos	7.511
Partes relacionadas	1.409
Patrimônio líquido	29.511
Total do passivo e patrimônio líquido	44.061

Nota 12 – Imobilizado

Controladora	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilização em andamento	Moveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2010								
Custo	72.355	530.695	2.204.049	77.535	21.380	19.962	76.851	3.002.827
Depreciação acumulada	-	(183.623)	(727.525)	-	(15.558)	(12.393)	(53.821)	(992.920)
Saldo contábil, líquido	72.355	347.072	1.476.524	77.535	5.822	7.569	23.030	2.009.907
Em 31/12/2010								
Saldo inicial	72.355	347.072	1.476.524	77.535	5.822	7.569	23.030	2.009.907
Aquisições	8	1.174	42.340	102.352	730	1.396	2.633	150.633
Baixas	-	(64)	-	-	(640)	(3.130)	(7.234)	(11.068)
Depreciações	-	(20.224)	(138.029)	-	(1.135)	(1.837)	(2.459)	(163.684)
Transferências	16.361	11.058	30.275	(39.288)	539	42	(6.700)	12.287
Incorporação CMC e Deca Ideal	-	20.005	15.817	-	654	111	5.272	41.859
Saldo contábil, líquido	88.724	359.021	1.426.927	140.599	5.970	4.151	14.542	2.039.934
Saldo inicial em 31/12/2010								
Custo	88.724	562.868	2.292.481	140.599	22.663	18.381	70.822	3.196.538
Depreciação acumulada	-	(203.847)	(865.554)	-	(16.693)	(14.230)	(56.280)	(1.156.604)
Saldo contábil, líquido	88.724	359.021	1.426.927	140.599	5.970	4.151	14.542	2.039.934
Em 31/12/2011								
Saldo inicial	88.724	359.021	1.426.927	140.599	5.970	4.151	14.542	2.039.934
Aquisições	1.800	1.233	66.263	334.703	1.578	6.018	4.642	416.237
Baixas	(7.456)	(6.554)	(1.120)	(12.659)	(67)	(110)	15.581	(12.385)
Depreciações	-	(21.505)	(154.466)	-	(1.287)	(2.460)	(6.978)	(186.696)
Transferências	(448)	18.788	156.097	(176.769)	2.110	(191)	413	-
Incorporação Deca Nordeste e DRI Resinas	4.010	27.691	69.541	9.371	197	438	1.422	112.670
Saldo contábil, líquido	86.630	378.674	1.563.242	295.245	8.501	7.846	29.622	2.369.760
Saldo em 31/12/2011								
Custo	86.630	604.026	2.583.262	295.245	26.481	24.536	92.880	3.713.060
Depreciação acumulada	-	(225.352)	(1.020.020)	-	(17.980)	(16.690)	(63.258)	(1.343.300)
Saldo contábil, líquido	86.630	378.674	1.563.242	295.245	8.501	7.846	29.622	2.369.760

Consolidado	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilização em andamento	Moveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2010								
Custo	507.322	567.610	2.154.932	161.668	29.682	34.378	82.557	3.538.149
Depreciação acumulada	-	(194.710)	(653.247)	-	(22.230)	(19.508)	(56.247)	(945.942)
Saldo contábil, líquido	507.322	372.900	1.501.685	161.668	7.452	14.870	26.310	2.592.207
Em 31/12/2010								
Saldo inicial	507.322	372.900	1.501.685	161.668	7.452	14.870	26.310	2.592.207
Aquisições	94.817	1.347	61.118	136.330	790	10.484	3.792	308.678
Baixas	(80)	(64)	(139)	-	-	(3.545)	(7.640)	(11.468)
Depreciações	-	(21.697)	(149.207)	-	(1.343)	(5.464)	(2.521)	(180.232)
Transferências	157	25.785	98.676	(129.510)	925	1.104	(7.539)	(10.402)
Incorporação CMC e Deca Ideal	-	-	167	(2.746)	-	-	2.579	-
Saldo contábil, líquido	602.216	378.271	1.512.300	165.742	7.824	17.449	14.981	2.698.783
Saldo inicial em 31/12/2010								
Custo	602.216	594.678	2.314.754	165.742	31.397	42.421	73.749	3.824.957
Depreciação acumulada	-	(216.407)	(802.454)	-	(23.573)	(24.972)	(58.768)	(1.126.174)
Saldo contábil, líquido	602.216	378.271	1.512.300	165.742	7.824	17.449	14.981	2.698.783
Em 31/12/2011								
Saldo inicial	602.216	378.271	1.512.300	165.742	7.824	17.449	14.981	2.698.783
Aquisições	8.234	1.867	76.800	341.656	2.020	9.327	5.422	445.326
Baixas	(10.515)	(6.626)	(1.168)	(12.659)	(70)	(993)	15.616	(16.415)
Depreciações	-	(22.684)	(165.265)	-	(1.462)	(7.190)	(7.135)	(203.736)
Transferências	452	20.938	160.237	(199.200)	1.002	96	2.637	(13.838)
Incorporação Deca Nordeste e DRI Resinas	3.959	17.380	8.114	4	47	133	78	29.715
Saldo contábil, líquido	604.346	389.146	1.591.018	295.543	9.361	18.822	31.599	2.939.835
Saldo em 31/12/2011								
Custo	604.346	628.237	2.558.737	295.543	34.396	50.984	97.502	4.269.745
Depreciação acumulada	-	(239.091)	(967.719)	-	(25.035)	(32.162)	(65.903)	(1.329.910)
Saldo contábil, líquido	604.346	389.146	1.591.018	295.543	9.361	18.822	31.599	2.939.835

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente a construções e máquinas e equipamentos em instalação.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuem contratos firmados para a aquisição de diversos equipamentos e serviços que totalizam aproximadamente R\$ 184,1 milhões.

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela deliberação CVM nº 619/09, em 2011 a Companhia revisou a vida útil-econômica estimada de seus principais ativos para o cálculo da depreciação.

Taxas anuais de depreciação	
Construções e benfeitorias	4,00%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,70%
Móveis e utensílios	10,00%
Veículos	10% a 20%
Outros ativos	10% a 20%

Nota 13 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém, através de sua subsidiária integral Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto-suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2011, a Duraflora S.A possuía aproximadamente 138 mil hectares em áreas de efetivo plantio (136,2 mil hectares em 31 de dezembro de 2010) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).
- ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.
- iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de

madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Custo de formação dos ativos biológicos	518.927	471.536
Diferencial entre custo e valor justo	575.293	559.181
Valor justo dos ativos biológicos	1.094.220	1.030.717

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	1.030.717	870.446
Variação do valor justo		
Preço volume	154.009	183.765
Exaustão	(137.898)	(132.173)
Variação do valor histórico		
Formação	97.455	86.334
Exaustão	(57.197)	(36.110)
Aquisições	7.134	58.455
Saldo final	1.094.220	1.030.717

Efeito bruto no resultado do valor justo dos ativos biológicos

Variação do valor justo	154.009	183.765
Exaustão do valor justo	(137.898)	(132.173)

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da Companhia.

O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos maiores preços a valor presente da madeira em pé, bem como de sua maior produtividade.

Nota 14 – Intangível

Controladora	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2010					
Custo	29.056	2.178	187.573	329.000	547.807
Amortização acumulada	(10.453)	-	-	(7.311)	(17.764)
Saldo contábil, líquido	18.603	2.178	187.573	321.689	530.043
Em 31/12/2010					
Saldo inicial	18.603	2.178	187.573	321.689	530.043
Adições	11.691	278	-	-	11.969
Baixas	-	-	-	-	-
Amortizações	(2.341)	-	-	(21.933)	(24.274)
Incorporação Cerâmica Monte Carlo	27	-	22.154	-	22.181
Saldo contábil, líquido	27.980	2.456	209.727	299.756	539.919
Saldo inicial em 31/12/2010					
Custo	40.774	2.456	209.727	329.000	581.957
Amortização acumulada	(12.794)	-	-	(29.244)	(42.038)
Saldo contábil, líquido	27.980	2.456	209.727	299.756	539.919
Em 31/12/2011					
Saldo inicial	27.980	2.456	209.727	299.756	539.919
Adições	2.952	197	-	-	3.149
Baixas	(156)	-	-	-	(156)
Amortizações	(6.747)	-	-	(24.672)	(31.419)
Incorporação Deca Nordeste	2	-	17.092	55.000	72.094
IR e CS s/ carteira de cliente - Deca Nord.	-	-	-	(18.700)	(18.700)
IR e CS transf. p/ passivo na Incorporação Deca Nord.	-	-	-	18.078	18.078
Saldo contábil, líquido	24.031	2.653	226.819	329.462	582.965
Saldo em 31/12/2011					
Taxa média de amortização	20%	0%	0%	6,67%	
Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2010					
Custo	29.338	2.181	209.727	329.000	570.246
Amortização acumulada	(10.623)	-	-	(7.311)	(17.934)
Saldo contábil, líquido	18.715	2.181	209.727	321.689	552.312
Em 31/12/2010					
Saldo inicial	18.715	2.181	209.727	321.689	552.312
Adições	11.706	278	-	-	11.984
Baixas	-	-	-	-	-
Amortizações	(2.371)	-	-	(21.933)	(24.304)
Saldo contábil, líquido	28.050	2.459	209.727	299.756	539.992
Saldo inicial em 31/12/2010					
Custo	41.044	2.459	209.727	329.000	582.230
Amortização acumulada	(12.994)	-	-	(29.244)	(42.238)
Saldo contábil, líquido	28.050	2.459	209.727	299.756	539.992
Em 31/12/2011					
Saldo inicial	28.050	2.459	209.727	299.756	539.992
Adições	3.097	202	-	-	3.299
Baixas	(160)	-	-	-	(160)
Amortizações	(6.775)	-	-	(24.672)	(31.447)
Aquisição da Louças Elizabeth	-	-	17.092	55.000	72.092
IR e CS s/ carteira de cliente - Deca Nord.	-	-	-	(18.700)	(18.700)
IR e CS transf. p/ passivo na Incorporação Deca Nord.	-	-	-	18.078	18.078
Saldo contábil, líquido	24.212	2.661	226.819	329.462	583.154
Saldo em 31/12/2011					
Taxa média de amortização	20%	0%	0%	6,67%	

Foi efetuado pela Administração da Companhia, teste de recuperabilidade (*impairment*) considerando a unidade geradora de caixa do ativo intangível. Neste teste foram consideradas projeções de fluxos de caixa descontado de longo prazo e taxa de desconto nominal de 14,2%, não havendo necessidade de *impairment*, uma vez que os valores são recuperáveis.

Nota 15 – Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	31/12/2011		31/12/2010	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES	TJLP + 2,3% a.a.	mensal e trimestral	Aval - Itaúsa	57.320	263.579	43.772	281.368
BNDES	TJLP + 2,7% a.a.	mensal e trimestral	Fiança - Ligna	29.765	86.106	28.484	115.275
BNDES	TJLP + 2,8% a.a.	mensal e trimestral	Aval - 70% Itaúsa e 30% pessoa física	557	5.018	521	4.980
BNDES	TJLP + 2,8% a.a.	mensal e trimestral		1.206	5.425		
BNDES REVITALIZA	9% a.a.	junho 2013	Fiança DCE	180	50.000		
FINAME	TJLP + 2,1% a.a. / Pré 5,3% a.a.	mensal e trimestral	Alienação fiduciária e NP	565	5.788	562	1.031
Crédito Industrial com swap	12,1% a.a.	até abril 2015	Aval - Duratex Coml. Exp.S.A	343.711	150.378	145.405	345.337
Crédito Industrial	98,5% CDI	até junho 2014	Aval - Duratex Coml. Exp.S.A		158.508		
Crédito Industrial	selic + 2% a.a.	até dezembro 2011	Aval - Ligna			11.682	778
Crédito Bancário	105% CDI	até setembro 2012		5.644		7.974	5.537
Floating Rate Note	109,3% CDI	até dezembro 2014		9.119	135.000		
FUNDIEST	30% IGP-M a.m	até novembro 2020	Fiança - Ligna	13.919	125.912	4.757	126.511
FUNDOPEM	IPCA + 3% a.a.	até novembro 2024	Aval - 70% Itaúsa e 30% pessoa física		4.023		1.300
PROIM / PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4,0% a.a. / IPCA + 6% a.a	até janeiro 2018	Fiança - Ligna e Hipoteca de bens	21.047	24.476	11.818	43.089
Desconto NPR	6,75% a.a	até abril 2012	Fiança - Duratex Coml.Exp.S.A	15.219		16.000	
Leasing Financeiro	CDI + 1,6% a.a.	até setembro de 2011	Nota promissória	-		159	
MOEDA NACIONAL				498.252	1.014.213	271.134	925.206
BNDES	Cesta de moedas + 2,2% a.a.	mensal e trimestral	Aval - Itaúsa	5.470	25.915	4.789	27.623
BNDES	Cesta de moedas + 2,4% a.a.	mensal e trimestral	Fiança - Ligna	3.761	10.889	2.837	13.456
BNDES	US\$ + 1,6% a.a	mensal e trimestral	Aval - Itaúsa	955	4.320		
BNDES	US\$ + 2% a.a	mensal e trimestral		181	820		
Resolução 2770	US\$ + 6,6% a.a	até setembro 2012		15.320		13.862	13.329
Resolução 2770 / SWAP	Libor + 1,75% a.a	até março 2014	Aval - Ligna Hip. e al.Fiduciaria	2.700	5.577	8.188	9.198
Resolução 4131/ SWAP	US\$ + 1,99% a.a	até março 2013	Aval - Duraflora	234	34.322		
Financiamento de importação	Libor + 0,5% a.a	até março 2012	Pessoa física	689		1.132	90
Financiamento de importação	Libor + 0,9% a.a	até fevereiro 2012	Aval - Ligna e Caução de títulos	102		1.313	610
MOEDA ESTRANGEIRA				29.412	81.843	32.121	64.306
TOTAL CONTROLADORA				527.664	1.096.056	303.255	989.512
Nota de Crédito Rural com SWAP	11,5% a.a	setembro 2013	Aval -Duratex	100.484	102.512	120.516	89.972
Nota Crédito Exportação	104,5% CDI	setembro 2012	Aval -Duratex	57.912		1.640	50.000
BNDES	TJLP + 2,8% a.a	mensal e trimestral	Aval -70% Itaúsa e 30% pessoa física	992	27.632		
BNDES	TJLP + 2,3% a.a	mensal e trimestral	Aval - Itaúsa			4.697	26.337
FINAME	Pré 7,4% a.a	mensal	Alienação fiduciaria e NP	264	1.388	162	972
FUNDAP	1% a.a	mensal	Aval - Duratex Coml. Exp.S.A	586		325	
MOEDA NACIONAL				160.238	131.532	127.340	167.281
BNDES	US\$ + 1,7% a.a	mensal e trimestral	Aval -Itaúsa			1.013	5.561
MOEDA ESTRANGEIRA				-	-	1.013	5.561
TOTAL DEMAIS EMPRESAS				160.238	131.532	128.353	172.842
TOTAL DO CONSOLIDADO				687.902	1.227.588	431.608	1.162.354

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 364.278 (R\$ 362.113 em 31 de dezembro de 2010), pela Companhia Ligna de Investimentos no montante de R\$ 324.254 (R\$ 377.996 em 31 de dezembro de 2010), pela Duratex Comercial Exportadora S.A., no montante de R\$ 717.996 (R\$ 506.742 em 31 de dezembro de 2010) e pela Duraflora S.A. no montante de R\$ 34.556. No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 20.036 (R\$ 37.608 em 31 de dezembro de 2010), pela Companhia Ligna de Investimentos no montante de R\$ 8.588, pela Duratex S.A no montante de R\$ 260.908 (R\$ 262.128 em 31 de dezembro de 2010) e pela Duratex Comercial Exportadora S.A. no montante de R\$ 586 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2010).

Cláusulas restritivas

Os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, o seguinte:

a) Fábricas de MDP de Taquari e de MDF de Uberaba – apresentar licenças de operação, adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, medidas quanto à segurança e medicina do trabalho. No contrato de financiamento da fábrica de MDP de Taquari a manutenção de “covenants” está baseada no balanço consolidado da Companhia Ligna de Investimentos, que deverá manter: exigível sobre o passivo menor que 60% e margem EBITDA maior que 13%. No contrato de financiamento da fábrica de MDF de Uberaba a manutenção de

“covenants” esta baseada no balanço da Duratex S.A., devendo manter limite de cobertura da dívida através da relação da dívida bancária líquida/EBITDA (*) não superior a 3,5 e a relação da dívida bruta/dívida bruta mais patrimônio líquido não seja superior a 0,75.

b) Fábricas de HDF de Botucatu, MDFII de Agudos, Resinas Industriais de Agudos, Louças de Jundiaí, Deca Metais Sanitários de São Paulo e de Jundiaí e área Florestal – manter, durante a vigência do contrato, os índices em balanço anual auditado da Duratex S.A: (i) EBITDA (*) / Despesas financeiras líquida: superior ou igual a 3,0 (ii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20: e (iii) Patrimônio líquido / Ativo total: igual ou maior que 0,45.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Duratex S.A deverá oferecer garantias adicionais.

Com base nas informações disponibilizadas as obrigações contratuais relativas ao ano de 2011 foram cumpridas.

(*)EBITDA (“earning before interest, taxes, depreciation and amortization”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como *swap*) foram designados ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito na nota 2.7.

Instituições financeiras - Prazo vencimento

31/12/2011						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2013	357.446	47.130	404.576	461.637	47.130	508.767
2014	311.166	13.129	324.295	312.844	13.129	325.973
2015	171.409	12.389	183.798	173.088	12.389	185.477
2016	85.186	7.999	93.185	86.864	7.999	94.863
2017	28.294	1.196	29.490	29.381	1.196	30.577
2018	23.803	-	23.803	30.939	-	30.939
2019	17.482	-	17.482	28.044	-	28.044
2020	17.722	-	17.722	21.243	-	21.243
Demais	1.705	-	1.705	1.705	-	1.705
Total	1.014.213	81.843	1.096.056	1.145.745	81.843	1.227.588

31/12/2010						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2012	407.336	24.500	431.836	552.184	25.496	577.680
2013	101.065	10.472	111.537	105.942	11.468	117.410
2014	110.547	12.667	123.214	115.424	13.663	129.087
2015	154.263	10.094	164.357	159.140	11.090	170.230
2016	77.439	6.093	83.532	82.316	7.089	89.405
2017	22.437	480	22.917	25.349	1.061	26.410
2018	20.940	-	20.940	20.953	-	20.953
2019	15.210	-	15.210	15.210	-	15.210
Demais	15.969	-	15.969	15.969	-	15.969
Total	925.206	64.306	989.512	1.092.487	69.867	1.162.354

Nota 16 – Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01 de Jan/2011	68.586	13.827	4.936	87.349	Saldo em 01 de Jan/2011	129.013	17.114	4.936	151.063
Atualização monetária e juros	3.426	2.406	2.324	8.156	Atualização monetária e juros	6.460	2.792	2.324	11.576
Constituição	4.427	6.577	-	11.004	Constituição	4.789	7.244	-	12.033
Reversão	(10.158)	(32)	(210)	(10.400)	Reversão	(10.539)	(37)	(210)	(10.786)
Pagamentos	-	(4.378)	-	(4.378)	Pagamentos	(2.416)	(5.906)	-	(8.322)
Saldo final em 31.12.2011	66.281	18.400	7.050	91.731	Saldo final em 31.12.2011	127.307	21.207	7.050	155.564
Depósitos Judiciais	(1.805)	(1.897)	(4.746)	(8.448)	Depósitos Judiciais	(13.211)	(2.170)	(4.746)	(20.127)
Saldo em 31.12.2011 após compensação dos depósitos judiciais	64.476	16.503	2.304	83.283	Saldo em 31.12.2011 após compensação dos depósitos judiciais	114.096	19.037	2.304	135.437

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01 de Jan/2010	112.558	7.329	5.557	125.444	Saldo em 01 de Jan/2010	171.032	9.827	5.557	186.416
Atualização monetária e juros	4.370	1.965	656	6.991	Atualização monetária e juros	8.418	2.556	656	11.630
Constituição	3.080	8.986	183	12.249	Constituição	3.317	10.793	183	14.293
Reversão	(51.422)	-	(179)	(51.601)	Reversão	(53.660)	-	(179)	(53.839)
Pagamentos	-	(4.453)	(1.281)	(5.734)	Pagamentos	(94)	(6.062)	(1.281)	(7.437)
Saldo final em 31.12.2010	68.586	13.827	4.936	87.349	Saldo final em 31.12.2010	129.013	17.114	4.936	151.063
Depósitos Judiciais	(4.650)	(1.063)	(193)	(5.906)	Depósitos Judiciais	(7.163)	(1.284)	(193)	(8.640)
Saldo em 31.12.2010 após compensação dos depósitos judiciais	63.936	12.764	4.743	81.443	Saldo em 31.12.2010 após compensação dos depósitos judiciais	121.850	15.830	4.743	142.423

As contingências tributárias envolvem, principalmente, discussões judiciais sobre o Plano Verão e o crédito de PIS – Semestralidade.

a) Plano Verão

Refere-se à medida judicial com vistas a obter o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28%, evitando assim as distorções que o não reconhecimento da inflação efetiva causa no balanço patrimonial da Companhia e, desta forma, na tributação do resultado. Foi obtida sentença reconhecendo o direito de corrigir o balanço patrimonial de acordo com o índice de 42,72% o que foi efetuado nos anos de 1994 a 1996. Embora a decisão do Tribunal Regional Federal – TRF tenha sido contrária à sentença, a Companhia obteve, através de Ação Cautelar, efeitos suspensivos dos seus recursos no Supremo Tribunal Federal - STF e Supremo Tribunal de Justiça -STJ, mantendo-se, pois, os efeitos da sentença. Em 31 de dezembro de 2011, mantém uma provisão de R\$ 50.340 (R\$ 48.794 em 31 de dezembro de 2010) decorrente de compensações efetuadas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

b) PIS - Semestralidade

Refere-se à ação declaratória com a finalidade de ter reconhecido o direito ao pagamento do PIS nos termos da Lei Complementar nº 7/70. Tal ação foi julgada procedente e transitou em julgado em 1997, fato que motivou a Companhia e suas controladas a compensar os valores referentes aos créditos apurados de acordo com procedimento legal. Contudo, permanece em discussão na esfera administrativa a prescrição dos créditos e a renúncia à execução judicial da ação; os créditos estão sujeitos ainda a homologação por parte das autoridades fiscais. Em função dessa discussão, estão provisionados os montantes compensados a título de IRPJ, CSLL, IPI e COFINS os quais totalizam R\$ 20.392 (R\$ 19.380 em 31 de dezembro de 2010).

c) Contingências não provisionadas

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária cujo valor totaliza R\$ 61.060 que por apresentarem probabilidade apenas possível, na opinião de seus assessores jurídicos, não tem provisão constituída.

d) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento dos tributos e contribuições cujas possibilidades de êxito são consideradas prováveis de acordo com a avaliação

dos assessores jurídicos. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2011	31/12/2010
Crédito prêmio de IPI de 1960 a 1985	96.365	88.238
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	58.160	52.533
Restituição do ILL pago na distribuição de dividendos de 1989 a 1992	9.973	7.800
INSS - SAT, alteração da alíquota, rural, vale transporte e seguro saúde	8.044	5.135
COFINS depósito judicial	3.229	3.023
PIS bases de cálculo	2.401	1.191
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	1.928	1.508
PIS e COFINS - Remessa de comissões sobre vendas ao exterior	2.253	1.681
Outros	1.306	1.352
Total	183.659	162.461

Nota 17 – Arrendamento rural

Refere-se a contrato de arrendamento rural firmado pela sua controlada Duraflora S.A. com a Ligna Florestal Ltda. (Controlada pela Companhia Ligna de Investimentos), relativos aos terrenos em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul em que estão localizadas as florestas. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 1.109. Tal contrato possui vencimento em julho de 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e será reajustado anualmente pela variação do preço médio praticado pela Companhia na venda de painéis de MDP.

Os pagamentos mínimos futuros são os seguintes:

Linearização	
2012	13.308
2013 a 2017	66.540
2018 em diante	247.307
Total	327.155

Adicionalmente, em atendimento aos requerimentos do CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a controlada Duraflora S.A. registra os efeitos decorrentes da linearização dos custos de seus contratos de arrendamento rural.

Nota 18 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 1.550.000 representado por 550.035.331 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011 o capital social passou de R\$ 1.288.085 para R\$ 1.550.000, mediante capitalização de reservas de lucros e simultânea bonificação em ações, atribuindo-se aos acionistas 2 (duas) ações novas para cada lote de 10 (dez) ações de que fossem titulares na posição de 29.04.2011.

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2010	524.572	8.890
Aquisições no período	1.190.000	14.142
Bonificação de ações em 29/04/2011	174.914	
Saldo em 31.12.2011	1.889.486	23.032

Preço das Ações			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	15,65	12,17	8,92

Baseado na última cotação de mercado em 29 de dezembro de 2011, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 16.854 (R\$ 9.363 em 31 de dezembro de 2010).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

Controladora e Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de Capital	307.932	303.103
Ágio na subscrição de ações	218.720	218.720
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas	69.857	60.596
Opções Outorgadas a apropriar	(12.776)	(8.344)
Reservas de Reavaliação	89.721	104.590
Reservas de Lucros	1.355.588	1.360.660
Legal	96.053	77.616
Estatutária	1.251.785	1.280.772
Incentivos fiscais	7.750	2.272
Ações em tesouraria	(23.032)	(8.890)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	416.823	412.141

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2011 foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	374.212
(-) Incentivos fiscais	(5.478)
(-) Reserva legal	(18.437)
(-) Realização de reserva de reavaliação	14.868
Lucro líquido ajustado	365.165
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	109.550

	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
Dividendos declarados no exercício			
O Conselho de Administração em reunião realizada em 29.07.2011, deliberou creditar juros sobre o capital próprio, imputado ao valor do dividendo obrigatório de 2011, no valor de R\$ 0,108694714 por ação que totaliza R\$ 59.655 cujo pagamento foi efetuado em 15/08/2011.	59.655	(8.948)	50.707
O Conselho de Administração em reunião realizada em 09 de dezembro de 2011, "ad referendum" da Assembléia Geral, deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 29.12.2011, por conta do dividendo obrigatório de 2011, o valor de R\$ 0,1180 por ação que totaliza R\$ 64.680 cujo pagamento será efetuado até 30.04.2012	64.680	(9.702)	54.978
Dividendos provisionados em 31.12.2011	3.865		3.865
Remuneração	128.200	(18.650)	109.550

Nota 19 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado e estoques. Nos termos das apólices de seguros, o valor da cobertura monta R\$ 3.440 milhões. A Companhia não tem seguro para suas florestas. Para minimizar o risco são mantidos, brigada interna e pessoal treinado no combate a incêndio, sistema de torres de observação, caminhões bombeiros e vigias motorizados. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

Nota 20 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta de venda	3.664.522	3.413.282	3.828.277	3.544.055
Mercado interno	3.563.070	3.339.394	3.693.306	3.431.314
Mercado externo	101.452	73.888	134.971	112.741
Impostos e contribuições sobre vendas	(835.134)	(780.197)	(857.912)	(802.245)
Receita líquida de vendas	2.829.388	2.633.085	2.970.365	2.741.810

Nota 21 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	(154.009)	(183.765)
Variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(373.428)	(127.468)	(349.680)	(175.214)
Matérias-primas e materiais de consumo	1.647.963	1.275.622	1.515.983	1.135.505
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	529.246	446.695	581.348	498.611
Encargos de depreciação, amortização e impairment	191.479	163.450	402.519	398.623
Despesas de transporte	173.396	154.119	177.634	166.667
Despesas de publicidade	53.435	46.189	53.724	46.530
Outras despesas	216.835	185.253	181.633	155.077
Total	2.438.926	2.143.860	2.409.152	2.042.034

Nota 22 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	35.915	21.830	70.172	43.889
Variação cambial ativa	7.015	(688)	8.365	(3.388)
Atualizações monetárias	6.396	2.443	7.942	3.482
Juros e descontos obtidos	4.497	4.878	5.053	5.014
Operações com controladas	68	1.094	-	-
Valor justo	(44)	5.128	(45)	(651)
Deságio Fundap	-	-	6.634	4.353
Outras	10	(818)	10	(322)
Total	53.857	33.867	98.131	52.377
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos -Moeda nacional	(140.548)	(95.927)	(171.042)	(109.682)
Encargos sobre financiamentos -Moeda estrangeira	(18.361)	(8.350)	(19.381)	(8.813)
Variação cambial passiva	(3.764)	(8.510)	(4.853)	(6.717)
Atualizações monetárias	(2.547)	(2.463)	(5.887)	(5.253)
Operações com derivativos	7.585	(2.981)	7.916	(1.300)
Taxas bancárias	(4.874)	(4.152)	(5.647)	(4.782)
Imposto de operações financeiras	(2.939)	(1.624)	(3.248)	(2.196)
Outras	(1.807)	(4.915)	(17.895)	(11.514)
Total	(167.255)	(128.922)	(220.037)	(150.257)
Total do resultado financeiro	(113.398)	(95.055)	(121.906)	(97.880)

Nota 23 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Recuperação fiscal da ação do PIS Semestralidade Lei Complementar nº 7/70		36.444		36.444
Resultado do ganho pela adesão à anistia fiscal		3.530		3.947
Participações e Stock Option	(15.226)	(22.750)	(15.226)	(22.750)
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	30.161 (1)	11.320	43.960 (1)	8.253
Total	14.935	28.544	28.734	25.894

(1) Refere-se substancialmente à venda da unidade de chapas em Jundiá (R\$ 28.929 mil) e à venda da fazenda Boa Esperança de nossa subsidiária integral Duraflora S.A., no montante de R\$ 13.442.

Nota 24 – Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	413.276	563.907	454.460	617.675
I.Renda e C. Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(140.514)	(191.728)	(154.516)	(210.008)
I.Renda e C. Social sobre adições e exclusões ao Resultado	101.450	94.716	74.916	59.580
Resultado de Investimentos no Exterior	-	-	(788)	1.219
Juros sobre o capital próprio	51.426	45.177	51.426	45.177
Resultado da Equivalência Patrimonial	45.690	40.211	-	-
Outras adições e exclusões	4.334	9.328	24.278	13.184
I.Renda e C. Social sobre o Lucro do período	(39.064)	(97.012)	(79.600)	(150.428)
No Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.661)	(59.339)	(59.421)	(98.930)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.403)	(37.673)	(20.179)	(51.498)

Nota 25 – Plano de opções de ações

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data Outorga	Qtd Outorgada	Data Vencto.	Prazo para Exercício	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência					Demais Períodos
					dez/10	dez/11			2007	2008	2009	2010	dez/11	
(*)														
30/03/2006	2.659.180	01/07/2007	até 31/12/2016	11,16	40.714	48.856	11,42	586	586	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	01/07/2008	até 31/12/2017	11,82	2.112.699	2.535.227	10,36	24.758	16.020	8.738	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	01/07/2009	até 31/12/2018	15,34	2.443.506	2.932.193	8,47	19.456	-	12.160	7.296 (3)	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	01/07/2012	até 31/12/2017	9,86	1.652.752	1.983.285	4,64	9.194	-	-	1.669 (4)	5.288	1.490	747
14/04/2010	1.333.914	01/01/2014	até 31/12/2018	16,33	1.220.697	1.464.818	8,21	8.716	-	-	-	2.319	2.132	4.265
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	-	1.875.322	5,11	9.583	-	-	-	-	1.374	8.209
Soma	13.852.318				7.470.368	10.839.701		72.293	16.606	20.898	8.965	7.607	4.996	13.221
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								69.857	16.046 (1)	20.193 (2)	8.663	7.350 (5)	4.829 (6)	12.776 (7)

(1) Valor contabilizado contra lucros acumulados no balanço de transição

(2) Valor contabilizado contra o resultado de 2008

(3) Valor contabilizado contra o resultado de 2009, na antiga Duratex S.A.

(4) Valor contabilizado contra o resultado do 2º semestre de 2009.

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2010.

(6) Valor contabilizado contra o resultado em 2011.

(7) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2019.

(*) Contempla bonificação de ações de 20% conforme AGO/E de 29/04/2011.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 1.889.486 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 26 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2011, com 5.856 participantes (5.515 em 31 de dezembro 2010).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pela Towers Watson, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 78.108 (R\$ 66.802 em 31 de dezembro de 2010). O acréscimo de R\$ 11.306 foi reconhecido no resultado na rubrica Outros resultados operacionais, líquidos. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações atuariais	(629.390)	(587.782)
Valor justo dos ativos	851.052	795.905
Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	221.662	208.123
Restrição do Ativo devido ao Limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(143.554)	(141.321)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações	78.108	66.802

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica à concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Towers Watson, atuário independente, calculou para a Fundação Itaúsa Industrial os valores a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em função do reconhecimento desse superávit depender da

ocorrência ou não de um ou mais eventos incertos (aprovação do pedido de destinação das reserva especial pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar -Previc e manutenção dos níveis da reserva de contingência do plano), a Companhia no julgamento de sua Administração, optou por não reconhecer o ativo.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2011:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações atuariais	(66.269)	(64.462)
Valor justo dos ativos	124.965	122.303
(Passivo) / Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	58.696	57.841
Restrição do Ativo devido ao limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(58.696)	(57.841)
(Passivo) / Ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial	-	-

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2011	31/12/2010
Taxa de desconto	9,52%	9,20%
Taxa de retorno esperado dos ativos	10,37%	10,56%
Crescimento salariais futuros	7,43%	7,12%
Crescimento dos benefícios	4,30%	4,00%
Inflação	4,30%	4,00%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2011	31/12/2010
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 modificada	RRB 1944 modificada
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 27 – Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade como ações em tesouraria.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	374.212	466.895
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	550.035	458.362
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(1.377)	(481)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	548.658	457.881
Lucro básico por ação	0,6820	1,0197

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, correspondentes no programa de *Stock Options*.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	374.212	466.895
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	550.035	458.362
Opções de compra de ações	10.840	7.963
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(1.377)	(481)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	559.498	465.844
Lucro diluído por ação	0,6688	1,0023

Nota 28 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes: Divisão Madeira e Divisão Deca. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2011			31/12/2010		
	Madeira	Deca	Consol	Madeira	Deca	Consol
Receita Líquida de vendas	1.875.979	1.094.386	2.970.365	1.830.285	911.525	2.741.810
Mercado interno	1.780.982	1.054.987	2.835.969	1.755.189	873.880	2.629.069
Mercado externo	94.997	39.399	134.396	75.096	37.645	112.741
Variação do valor justo dos ativos biológicos	154.009	-	154.009	183.765	-	183.765
Custo dos produtos vendidos	(1.085.975)	(629.900)	(1.715.875)	(985.595)	(475.799)	(1.461.394)
Depreciação, amortização e exaustão	(212.454)	(46.216)	(258.670)	(175.563)	(38.985)	(214.548)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(137.898)	-	(137.898)	(132.173)	-	(132.173)
Lucro Bruto	593.661	418.270	1.011.931	720.719	396.741	1.117.460
Despesas com Vendas	(188.387)	(155.568)	(343.955)	(183.736)	(124.618)	(308.354)
Despesas Gerais e Administrativas	(69.386)	(37.377)	(106.763)	(74.284)	(35.046)	(109.330)
Outros Resultados Operacionais	17.686	(2.533)	15.153	(7.535)	23.314	15.779
Lucro Operacional antes do resultado Financeiro	353.574	222.792	576.366	455.164	260.391	715.555

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

Nota 29 – Combinação de negócios

Em 4 de fevereiro de 2011, a Duratex S.A. adquiriu a totalidade das quotas sociais da Elizabeth Louças Sanitárias Ltda, pelo valor de R\$80 milhões. Esta operação se enquadra nas regras do CPC 15 aprovada pela Deliberação CVM nº 580 de 31 de julho de 2009. Dessa forma os ativos e passivos registrados foram avaliados aos seus respectivos valores justos.

Os detalhes dos valores em livros e valores justos líquidos adquiridos e o ágio são como seguem:

	Valor justo	Valor contábil da adquirida
Ativos	95.416	37.240
Caixa e equivalentes de caixa	236	236
Contas a receber de clientes	6.114	6.193
Estoques	1.298	988
Impostos e contribuições a recuperar	45	45
Demais créditos	90	63
Imobilizado	32.633	29.715
Relação contratual com o cliente (incluída nos ativos intangíveis nota 14)	55.000	-
Passivos	32.508	12.724
Fornecedores	1.842	1.862
Obrigações com pessoal	1.729	1.729
Contas a pagar	352	352
Impostos e contribuições	1.010	1.010
Contingências	10	10
I.Renda e C.Social diferidos	27.565	7.761
Total dos ativos líquidos	62.908	24.516
Ágio (Nota 14)	17.092	
Valor pago na aquisição	80.000	

Nota 30 – Evento subsequente

Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações

Em Fato Relevante divulgado em 18/04/2011, a Companhia informou decisão estratégica de ampliar sua atuação no segmento de MDF, mediante investimentos com recursos próprios e de terceiros destinados:

(i) à implantação, na unidade industrial da Companhia localizada em Itapetininga (SP), de: uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), com capacidade efetiva de 520 mil m³/ano; uma nova linha de revestimento em baixa pressão; e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão; e,

(ii) à aquisição, pela Companhia, das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no inciso (i).

Nesse contexto, a Companhia informou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aprovou:

- a concessão de colaboração financeira à Companhia no valor de R\$ 178.722; e
- a sua participação, por meio da subsidiária BNDESPAR, na emissão privada de debêntures que a Companhia fará no montante de R\$ 99.999 com garantia flutuante, conversíveis em ações, assumindo o compromisso de subscrever e integralizar debêntures, no mínimo, na qualidade de cessionária do direito de preferência dos Acionistas Controladores.